



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

PREGÃO ELETRÔNICO
20/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO

OBJETO
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 47.161,45 (quarenta e sete mil cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 06 /04/2026 às 10:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

**COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL /
REGIONAL**

PREGOEIRO DESIGNADO - INTERINO
RONEI EDUARDO DOS SANTOS

EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO - INTERINA
CLEONICE PONCIANA FERREIRA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8.	DA RELAÇÃO CONTRATUAL	16
9.	DOS RECURSOS.....	16
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

(Processo Administrativo n.º 234-2026/SEMED)

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL/REGIONAL

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Materiais Elétricos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme tabela constante no **ANEXO III** - Estimativa de custos - Relação de itens.
- 1.3. *A descrição do item objeto desta licitação para elaboração das propostas constam neste edital (termo de referência e relação de itens) e não devem ser confundidas com a descrição genérica constante no sistema LICITANET, pois a descrição do sistema é genérica.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>).
- 2.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:
 - 2.2.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;
- 2.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.
- 2.4 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.
- 2.5 **O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

2.6 O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.7 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.8 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.9 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até à data prevista para recebimento das propostas.

2.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13 Para **todos Itens**, a participação é **exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.13.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, Decreto n.º 8.538 de 2015 e Lei Ordinária Municipal nº 2.176 de 25 de abril de 2025.

2.15 Não poderão disputar esta licitação:

2.15.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.15.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.15.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

2.15.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.15.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.15.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.15.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.15.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16 O impedimento de que trata o item 2.15.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.17 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.15.2 e 2.15.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata de registro de preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.18 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.19 O disposto nos itens 2.15.2 e 2.15.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.20 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

2.21 A vedação de que trata o item 2.15.82.15.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital – menor preço por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1 no item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1 valor unitário e total do item;

4.2.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.2 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

5.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de cinco décimos por cento (0,5%)***.

5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado - **aberto**.

5.13 Para a presente licitação será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

5.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2 empresas brasileiras;

5.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21 DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO

5.21.1 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará e informará os fornecedores cujas propostas estejam dentro da margem de 10% em relação à melhor oferta, para fins de aplicação das disposições da Lei Municipal nº 2.176, de 25 de abril de 2025, nos seguintes critérios:

5.21.2 Nesse caso, a adjudicação será feita em favor da empresa sediada local ou regionalmente, conforme critérios estabelecidos abaixo.

5.21.3 Considera-se LOCAL o Município de Buritis e REGIONAL, de acordo com a Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025 as empresas sediadas nos municípios de Ariquemes, Cacaulândia, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Machadinho D'Oeste, Cujubim e Alto Paraíso, popularmente conhecida como Região do Vale do Jamari.

5.21.4 A preferência nesta contratação será dada, em primeiro lugar, às empresas localizadas no município de Buritis – RO na ordem de classificação. Caso não existam empresas locais aptas para atender às necessidades da convocação, a prioridade será para as empresas da região do Vale do Jamari.

5.21.5 Será aplicada o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais (pessoas físicas), microempreendedores individuais (MEI) e sociedades cooperativas de consumo;

5.21.6 O Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, está devidamente regulamentado na **Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025**.

5.21.7 Após o encerramento da aplicação da lei de preferência a pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, (**Anexo I - Modelo da Proposta**), adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.8 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.15 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, para o CNPJ e CPF do sócio majoritário;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1. As certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CNPJs, serão substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU** ([Certidões Administração Pública Federal \(tcu.gov.br\)](https://www.tcu.gov.br)). Além da consulta ao SICAF e TCU CONSOLIDADA, será consultado também o **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP** – da Controladoria Geral do Estado de Rondônia no seguinte sítio eletrônico: <https://transparencia.ro.gov.br/>.

6.1.2. Serão realizadas consultas do CPF do sócio majoritário, além do SICAF, nos seguintes sítios eletrônicos: CNJ – Conselho Nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/>, no TCU – Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/>, e para as certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CPFs, será realizada consulta ao sítio da CGU – Controladoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

- 6.7.1 conter vícios insanáveis;
- 6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1 Os documentos previstos no **ANEXO II DESTE EDITAL (CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados via sistema eletrônico (Licitanet) podendo ser assinado digitalmente (quando for o caso).

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6 Será verificado se o licitante declarou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.11 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

8 DA RELAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A relação contratual será regulada mediante Nota de Empenho, visto que não será necessário firmar termo de contrato devido a à natureza da aquisição que se trata de entrega imediata e integral dos produtos, conforme amparo no artigo 95 inciso II da lei 14.133/2021.

8.2 O adjudicatário deverá cumprir todas as cláusulas do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital.

8.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

10.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: (<http://www.licitanet.com.br>) e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e **PORTAL LICITANET** (<http://www.licitanet.com.br>).

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1 ANEXO I – Modelo da Proposta;
- 12.11.2 ANEXO II – Condições para Habilitação;
- 12.11.3 ANEXO III – Estimativa de custos - Relação dos itens;
- 12.11.4 ANEXO IV – Termo de Referência;
- 12.11.4.1 Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 18 de março de 2026.

Elaborado por: **Taynara Vieira Bordinhão**
Agente da Equipe de Apoio

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**
Superintendente de Licitações e Contratações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026/SLC

PROCESSO Nº 234-2026/SEMED

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

Item	Especificação	Unidade De Medida	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao Licitante:

Encaminhar juntamente com a proposta os dados do Responsável, incluindo: nome, CPF, data de nascimento, telefone (de preferência WhatsApp) e e-mail. Essas informações são essenciais para a formalização da ata de registro de preços e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada* exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital. Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:

1. HABILITAÇÃO JURIDICA e FISCAL:

- a) **Identidade e CPF** do responsável.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal e INSS**. (Unificada)
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).
- h) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1 Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

ANEXO III DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS

(Relação de itens)

**ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL / REGIONAL**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	CATMAT	QUANT.		VALO R UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm, 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	Rolos	408494 (genérico)	15		R\$ 349,45	R\$ 5.241,75
2.	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	Rolos	408495 (genérico)	08		R\$ 652,83	R\$ 5.222,64
3.	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	Rolos	408496 (genérico)	08		R\$ 797,43	R\$ 6.379,44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

4.	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	Rolos	408497 (genérico)	12	R\$ 1.420,33	R\$ 17.043,96
5.	Disjuntor 16A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 10,63	R\$ 106,30
6.	Disjuntor 20A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	15	R\$ 12,51	R\$ 187,65
7.	Disjuntor 25A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 11,71	R\$ 117,10
8.	Disjuntor 32A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 10,73	R\$ 107,30
9.	Disjuntor 40A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 11,81	R\$ 118,10
10.	Disjuntor 50A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	05	R\$ 11,90	R\$ 59,50
11.	Disjuntor 63A Monopolar curva C	Und.	356563 (genérico)	05	R\$ 11,50	R\$ 57,50
12.	Disjuntor 16A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	15	R\$ 27,15	R\$ 407,25
13.	Disjuntor 20A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	100	R\$ 26,94	R\$ 2.694,00
14.	Disjuntor 25A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	15	R\$ 28,11	R\$ 421,65
15.	Disjuntor 32A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	15	R\$ 28,20	R\$ 423,00
16.	Disjuntor 40A Bipolar	Und.	356563	15	R\$ 30,49	R\$ 457,35





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

	curva C		(genérico)			
17.	Disjuntor 50A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 32,17	R\$ 321,70
18.	Disjuntor 63A Bipolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 31,83	R\$ 318,30
19.	Disjuntor 32A Tripolar curva C	Und.	356563 (genérico)	15	R\$ 43,06	R\$ 645,90
20.	Disjuntor 40A Tripolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 44,93	R\$ 449,30
21.	Disjuntor 50A Tripolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 51,71	R\$ 517,10
22.	Disjuntor 63A Tripolar curva C	Und.	356563 (genérico)	10	R\$ 55,46	R\$ 554,60
23.	Disjuntor 100A Tripolar curva C	Und.	356563 (genérico)	22	R\$ 124,30	R\$ 2.734,60
24.	Tomada sobrepor 10A	Und.	356563 (genérico)	100	R\$ 5,83	R\$ 583,00
25.	Tomada sobrepor 20A	Und.	356563 (genérico)	50	R\$ 8,19	R\$ 409,50
26.	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m, cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura 2mx2cm, espessura 1cm, plástico.	Und.	00054475 (genérico)	150	R\$ 9,42	R\$ 1.413,00
27.	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com	Und.	00054475 (genérico)	02	R\$ 84,98	R\$ 169,96





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.					
VALOR TOTAL: R\$ 47.161,45					

Atenção: Para preenchimento da **Proposta (Anexo I)** deve-se seguir estritamente esta ordem, numeração e descrição dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 47.161,45 (quarenta e sete mil cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).**

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **ITEM** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 O item será analisado pelo valor unitário. Se o item tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234-2026/SEMED

ANEXO IV DO EDITAL

Termo de Referência

APÊNDICE DO ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar – ETP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº, 0000234.08.01-2026

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Categoria: Compra de Bens Comuns

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea a)

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na aquisição de material elétrico, conforme especificações constantes na tabela abaixo, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, bem como dos demais departamentos e escolas municipais, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**, mediante realização de procedimento licitatório.

Item	Especificações	Código	Und.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm , 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	408494 (genérico)	Rolos	15	R\$349,45	R\$5.241,75
02	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408495 (genérico)	Rolos	08	R\$652,83	R\$5.222,64
03	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408496 (genérico)	Rolos	08	R\$797,43	R\$6.379,44
04	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408497 (genérico)	Rolos	12	R\$1.420,33	R\$17.043,96
05	Disjuntor 16A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$10,63	R\$106,30
06	Disjuntor 20A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$12,51	R\$187,65
07	Disjuntor 25A Monopolar	356563	Und.	10	R\$11,71	R\$117,10





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

	curva C	(genérico)				
08	Disjuntor 32A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$10,73	R\$107,30
09	Disjuntor 40A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$11,81	R\$118,10
10	Disjuntor 50A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	05	R\$11,90	R\$59,50
11	Disjuntor 63A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	05	11,50	R\$57,50
12	Disjuntor 16A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$ 27,15	R\$407,25
13	Disjuntor 20A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	100	R\$26,94	R\$2.694,00
14	Disjuntor 25A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$28,11	R\$ 421,65
15	Disjuntor 32A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$28,20	R\$ 423,00
16	Disjuntor 40A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$30,49	R\$ 457,35
17	Disjuntor 50A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$32,17	R\$ 321,70
18	Disjuntor 63A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$31,83	R\$ 318,30
19	Disjuntor 32A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$ 43,06	R\$ 645,90
20	Disjuntor 40A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$ 44,93	R\$ 449,30
21	Disjuntor 50A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$ 51,71	R\$ 517,10
22	Disjuntor 63A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$55,46	R\$554,60
23	Disjuntor 100A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	22	R\$124,30	R\$2.734,60
24	Tomada sobrepor 10A	356563 (genérico)	Und.	100	R\$5,83	R\$583,00
25	Tomada sobrepor 20A	356563 (genérico)	Und.	50	R\$8,19	R\$409,50
26	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m , cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura	00054475 (genérico)	Und.	150	R\$ 9,42	R\$1.413,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

	2mx2cm, espessura 1cm, plástico					
27	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.	00054475 (genérico)	Und.	02	R\$84,98	R\$169,96
Valor Total:						R\$ 47.161,45

1.2. Os bens objeto desta contratação consistem na aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção, ampliação e adequação das instalações elétricas do novo prédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, bem como dos demais departamentos e escolas a ela vinculados, enquadrando-se na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no Decreto Municipal nº 13.509/2023, tratando-se de materiais essenciais ao funcionamento e à segurança das instalações elétricas, de uso recorrente e necessário à continuidade dos serviços públicos, não apresentando características de sofisticação, exclusividade ou requinte excessivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea b)

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade contínua de adequação, ampliação e manutenção das instalações elétricas dos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, abrangendo unidades administrativas e escolares.

2.2. Há demanda imediata para a conclusão da infraestrutura elétrica do prédio onde funcionará a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que ainda não dispõe de quadro de distribuição, tomadas e circuitos adequados, inclusive rede específica para aparelhos de ar-condicionado, em conformidade com as normas técnicas de segurança.

2.3. Também se faz necessária a execução completa da parte elétrica do Laboratório de Informática da Escola E.M.E.I.E.F. Paulo Freire, que contará com televisores, computadores e impressoras, exigindo dimensionamento correto da rede elétrica, instalação de disjuntores, tomadas e sistemas de proteção, a fim de evitar sobrecargas, falhas e riscos à segurança.

2.4. Somam-se a essas demandas as manutenções rotineiras nas unidades escolares, tais como substituição de disjuntores, tomadas, luminárias e reparos em cozinhas escolares, essenciais para a continuidade das atividades educacionais.

2.5. Caso a contratação não seja realizada, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED poderá enfrentar interrupções frequentes no fornecimento de energia, falhas de equipamentos e riscos de acidentes, o que prejudicaria significativamente a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, além de potencialmente resultar em custos mais elevados com manutenções corretivas emergenciais.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

2.6. Portanto, a contratação não apenas atende a uma necessidade imediata de manutenção, mas também representa um investimento estratégico na infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, alinhado com sua missão de proporcionar um ambiente educacional seguro, moderno e eficiente.

2.7. O objeto consta no Plano de Contratação Anual - PCA/2026 deste Município, conforme informada na declaração ID: 3º - 3.847.998.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6 inciso XXIII alínea c)

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea d)

4.1. Os materiais elétricos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso, originais de fábrica, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas vigentes, em especial às normas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis.

4.2. Os produtos deverão possuir padrão de qualidade e desempenho compatível com o uso a que se destinam, garantindo segurança, durabilidade e eficiência, sendo vedado o fornecimento de materiais reconicionados, remanufaturados ou fora de linha de fabricação.

4.3. Os materiais fornecidos deverão estar devidamente embalados, identificados e rotulados, contendo informações claras sobre marca, modelo, especificações técnicas, lote e prazo de garantia, quando couber.

4.4. A contratada deverá assegurar a garantia mínima legal para os materiais fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, sem ônus para a Administração, de quaisquer produtos que apresentem defeitos, vícios de fabricação ou desconformidade com as especificações contratadas.

4.5. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos prazos, locais e condições estabelecidos neste Termo de Referência, cabendo à contratada a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, bem como por eventuais danos ocorridos até o efetivo recebimento definitivo pela Administração.

4.6. Os materiais fornecidos estarão sujeitos à fiscalização e ao recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser recusados caso não atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas.

Garantia da Contratação (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

4.7. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.8. Considerando a natureza do objeto, que consiste na aquisição de materiais elétricos classificados como bens comuns, de entrega imediata e sem complexidade técnica relevante, não será exigida garantia de execução contratual, por não se mostrar necessária para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

4.9. A ausência de exigência de garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, devendo esta assegurar que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, com as normas técnicas vigentes e com os padrões de qualidade exigidos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

4.10. Permanecem assegurados à Administração os mecanismos de fiscalização, recebimento, aplicação de penalidades e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, caso sejam identificadas irregularidades, descumprimento contratual ou fornecimento de materiais em desacordo com as especificações estabelecidas.

Critérios de Sustentabilidade

4.11. Os materiais elétricos a serem adquiridos deverão atender às seguintes diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental:

4.12. Priorizar produtos fabricados em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais legislações aplicáveis.

4.13. Dar preferência a materiais elétricos que apresentem maior durabilidade e vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

4.14. Priorizar a utilização de materiais e equipamentos que contribuam para a eficiência energética das instalações elétricas, sempre que aplicável, de modo a promover a redução do consumo de energia elétrica.

4.15. Exigir que o fornecedor observe práticas adequadas de gestão, manuseio e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas ambientais pertinentes.

4.16. Incentivar a redução do uso de embalagens excessivas, bem como a utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, sempre que possível.

Possíveis Impactos Ambientais

4.17. A aquisição e o uso de materiais elétricos podem gerar impactos ambientais, especialmente relacionados à extração de matérias-primas, ao consumo de energia, à geração de resíduos sólidos e ao descarte inadequado de componentes e embalagens.

4.18. Tais impactos ambientais podem ser mitigados por meio da adoção de práticas sustentáveis, tais como: a escolha de materiais elétricos mais eficientes e duráveis, o descarte ambientalmente adequado de resíduos elétricos, a reciclagem de componentes sempre que possível, a manutenção preventiva das instalações elétricas e a observância das normas ambientais vigentes, contribuindo para a redução dos impactos ao meio ambiente.

Subcontratação

4.18.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.18.2. A vedação à subcontratação tem por objetivo garantir que a aquisição seja realizada por empresa especializada no ramo pertinente, prevenindo eventuais atrasos, falhas de comunicação com terceiros e assegurando o controle direto sobre a qualidade do bem fornecido.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

4.18.3. A presente vedação encontra amparo no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a restringir ou proibir a subcontratação, total ou parcial, quando assim exigir a natureza do objeto ou houver justificativa para tanto.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.19. Na presente aquisição não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6 inciso XXIII alínea e)

Condições de Entrega

5.1. Os materiais solicitados, conforme relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07 (ao lado da balança), Buritis/RO, CEP: 76.880-000, Telefone: (69) 3238-2675, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

Prazo e Forma de Entrega do Objeto

5.2. O prazo para entrega dos produtos será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de faturamento, a qual será encaminhada via e-mail, informado pela adjudicatária em sua proposta, com aviso de recebimento, acompanhada da Nota de Empenho e/ou da Ordem de Faturamento, devendo a entrega ocorrer em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data estabelecida, a empresa deverá comunicar formalmente as razões do impedimento com antecedência mínima de 03 (três) dias, para que eventual pedido de prorrogação de prazo seja devidamente analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação vigente.

Garantia

5.4. Prevalecem sobre os produtos licitados as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no que se refere à garantia, vícios, defeitos de fabricação e demais responsabilidades legais, assegurando a esta Municipalidade todos os direitos inerentes à condição de Consumidor Final, conforme o caso.

5.5. No caso de constatação de vícios, defeitos ou quaisquer outras irregularidades nos materiais fornecidos, a Administração elaborará relatório circunstanciado descrevendo as ocorrências e seus respectivos fundamentos, o qual será encaminhado à Contratada para que proceda às correções, substituições ou reparos necessários, dentro do prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

6. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea f)

6.1. O instrumento contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

7.2. A fiscalização será realizada pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo da contratação, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.

O Fiscal Técnico da contratação será responsável por:

- 7.3. Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no objeto;
- 7.4. Verificar a qualidade e o desempenho dos materiais fornecidos;
- 7.5. Registrar no histórico de gestão do objeto todas as ocorrências técnicas relevantes;
- 7.6. Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos equipamentos;
- 7.7. Informar o gestor do objeto sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência;
- 7.8. Em caso de ausência ou impedimento do Técnico Fiscal do objeto, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções.

O Fiscal Administrativo da contratação deverá:

- 7.9. Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- 7.10. Acompanhar os processos de compromissos e pagamento, incluindo a verificação das garantias contratuais e aplicação de glosas, quando cabível;
- 7.11. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do objeto para a tomada de ações cabíveis;
- 7.12. Na eventualidade do Fiscal Administrativo do objeto não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração do objeto.

O Gestor da contratação deverá

- 7.14. Atualizar constantemente o processo de acompanhamento do objeto;
- 7.15. Elaborar relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal da execução do objeto;
- 7.16. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do objeto e a comunicar à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;
- 7.17. Entregar relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;
- 7.18. O Gestor do objeto terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização contratual.
- 7.19. Conduzir processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.
- 7.20. Ao término da execução contratual, o gestor do objeto deve elaborar um relatório final,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

destacando a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e indicar medidas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.
- 8.2. Solicitar formalmente à CONTRATADA o fornecimento dos itens, mediante Ordem de Faturamento emitida pela CONTRATANTE, vinculada à respectiva nota de empenho.
- 8.3. Efetuar o recebimento provisório dos itens entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório dos itens.
- 8.4. O recebimento provisório não implica aceitação.
- 8.5. Efetuar o recebimento definitivo dos itens entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens nos termos deste instrumento, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.6. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
- 8.7. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos itens, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.
- 8.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- 8.9. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;
- 8.10. Qualquer notificação emitida pela CONTRATANTE deverá ser formalizada por escrito, estipular prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
- 8.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 8.12. Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregues, pela Contratada através de Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 8.13. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento contratual;
- 8.14. Efetuar as devidas publicações na forma da lei;
- 8.15. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

9. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 9.1. Fornecer os materiais elétricos conforme as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente conforme as especificações técnicas, quantidades, marcas (quando definidas) e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.
- 9.2. Garantir que todos os materiais elétricos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação, em perfeito estado de conservação e funcionamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

9.3. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais elétricos no local indicado pela Contratante, sem ônus adicional para a Administração, observando os prazos estabelecidos.

9.4. Substituir, às suas expensas, no prazo definido pela Administração, os materiais elétricos que apresentarem defeitos, vícios, avarias, não conformidades técnicas ou divergências em relação às especificações contratadas.

9.5. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução da contratação, não recaindo sobre a Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

9.6. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

9.7. Cumprir as normas de segurança, saúde e meio ambiente, adotando práticas sustentáveis e medidas preventivas que minimizem impactos ambientais decorrentes do fornecimento dos materiais elétricos.

9.8. Atender prontamente às solicitações da Contratante relacionadas ao fornecimento, esclarecimentos técnicos, correções ou complementações necessárias.

9.9. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Os direitos, deveres e sanções decorrentes desta contratação serão regidos pelas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas (arts. 155 a 163), bem como por normas complementares e pelas cláusulas abaixo, com foco na responsabilização por falhas que possam comprometer a entrega adequada dos materiais contratados.

10.2. Estarão sujeitas à apuração e penalização as seguintes condutas:

- a) Entrega parcial do objeto ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Recusa ou atraso injustificado na substituição de equipamentos entregues com defeitos ou em desconformidade com as especificações técnicas, contrariando as obrigações contratuais;
- c) Inexecução total do objeto contratado, caracterizada pela ausência de entrega dos bens pactuados;
- d) Atraso injustificado na entrega dos materiais elétricos, em descumprimento aos prazos contratuais estabelecidos.
- e) Apresentação de documentação ou declarações falsas durante a execução do objeto;
- f) Prática de atos fraudulentos relacionados à entrega ou à composição dos itens contratados;
- g) Conduta inidônea ou desleal, inclusive tentativa de fraudar ou burlar cláusulas contratuais;
- h) Prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, inclusive a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei nº 12.846/2013, quando cabível.

10.3. As seguintes sanções poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, quando a infração for considerada de menor gravidade, como inexecução parcial sem danos significativos;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

II – **Impedimento de licitar e contratar**, em caso de reincidência, atraso injustificado, ou entrega de material incompatível com a especificação que comprometa o uso;

III – **Declaração de inidoneidade**, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração;

IV – **Multa**, nas seguintes modalidades:

10.4. **Moratória**: Será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total dessa parcela. Essa multa tem natureza compensatória pelo descumprimento do prazo de entrega, sendo devida a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo contratual, salvo justificativa formal aceita pela Administração.

10.5. **Compensatória**: Serão aplicadas multas compensatórias nos seguintes casos, conforme a natureza e a gravidade da infração:

10.6. Alínea “a” – Inexecução parcial sem prejuízo relevante: multa de 1% a 8% sobre o valor total do objeto;

10.7. Alínea “b” – Recusa ou atraso injustificado na substituição de equipamentos com defeito: multa de 5% a 15% sobre o valor total do objeto;

10.8. Alínea “c” – Inexecução total do objeto contratado: multa de 15% a 30% sobre o valor total do instrumento contratual;

10.9. Alínea “d” – Atraso injustificado na entrega: multa de 0,5% a 10% sobre o valor da parcela afetada;

10.10. Alínea “e” – Apresentação de documentação falsa ou declaração enganosa: multa de 5% a 8% sobre o valor total do objeto;

10.11. Alínea “f” – Prática de ato fraudulento na execução da contratação: multa de 10% a 20% sobre o valor total da contratação, além da possibilidade de declaração de inidoneidade, dada a gravidade do ato e o risco à integridade da contratação pública;

10.12. Alínea “g” – Conduta inidônea ou fraude de qualquer natureza: multa de 10% a 20% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.13. Alínea “h” – Prática de ato lesivo à Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção): multa de 10% a 20% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, como a declaração de inidoneidade e o encaminhamento à autoridade competente para apuração de responsabilidade civil e penal.

10.14. As sanções acima poderão ser aplicadas cumulativamente com multa, nos termos do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.

10.15. Será assegurado ao contratado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contado da intimação oficial (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

10.16. Caso o valor da multa exceda o montante a receber, a diferença será cobrada judicialmente. O pagamento voluntário poderá ser feito no prazo de até 30 (trinta) dias após a notificação formal.

10.17. A apuração das infrações será feita mediante processo administrativo específico, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se os ritos previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.18. Na aplicação das penalidades, serão considerados: a gravidade da infração, as circunstâncias



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

do caso, os danos causados, e eventual existência de programa de integridade implantado pela empresa.

10.19. Caso as infrações também sejam tipificadas como atos lesivos à Administração Pública conforme legislação correlata, o processo poderá ser unificado, nos termos da legislação aplicável.

10.20. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada, com extensão das sanções aos seus administradores, quando houver abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial.

10.21. A contratante deverá informar as sanções aplicadas nos cadastros nacionais competentes (CEIS/CNEP), conforme a legislação vigente.

10.22. As penalidades de impedimento e inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, conforme previsto em lei.

10.23. Multas e indenizações devidas poderão ser compensadas com créditos da contratada junto à Administração, conforme regulamentação vigente.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (art. 6 inciso XXIII alínea g)

Recebimento do Objeto

11.1. **Recebimento Provisório:** Os materiais serão inicialmente recebidos de forma provisória, no ato da data de entrega, acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

11.2. **Rejeição de Bens:** Os itens em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo do recebimento.

11.3. **Recebimento Definitivo:** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos materiais entregues, em relação às especificações técnicas e demais condições contratuais, não sendo constatadas irregularidades ou pendências.

11.4. **Solução de Inconsistências:** O período para resolução de inconsistências identificadas pela Contratante não conta para o prazo de recebimento definitivo.

11.5. **Verificação da Nota Fiscal:** A nota fiscal deve conter elementos essenciais, regulamentos e padrões como dados de emissão, dados da aquisição, valor a pagar e retenções tributárias.

11.6. **Correção de Erros na Documentação:** A ocorrência de erros na nota fiscal ou de pendências impeditivas da liquidação suspenderá o processamento do pagamento, cujo prazo será reiniciado a partir da data da regularização pela CONTRATADA.

11.7. **Comprovação da Regularidade Fiscal:** Acompanhar nota fiscal com prova de regularidade fiscal, verificável via SICAF ou outros meios oficiais.

11.8. **Consulta ao SICAF:** Verificar a manutenção das condições de habilitação e a ausência de impedimentos para contratação com o Poder Público.

11.9. **Notificação e Regularização de Irregularidades:** Em caso de irregularidades no SICAF, notificar a CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, apresente regularização ou exerça seu direito à ampla defesa.

11.10. **Comunicação de Inadimplência:** A não regularização resultará na comunicação aos órgãos fiscalizadores e no acionamento de meios para garantir a cobrança de créditos.

11.11. **Medidas em Caso de Persistência de Irregularidade:** Persistindo a irregularidade, procederá com a rescisão contratual, garantindo ampla defesa.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Liquidação

11.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 11.12.1. O prazo de validade;
- 11.12.2. A data da emissão;
- 11.12.3. Os dados da contratação e do órgão contratante;
- 11.12.4. O período respectivo de execução dos serviços;
- 11.12.5. O valor a pagar;
- 11.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 11.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 11.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

Prazo De Pagamento

11.20. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

Forma De Pagamento



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

11.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela contratada.

11.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.25. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação do pagamento

11.26. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6 inciso XXXIII alínea h)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, aplicável à contratação de bens e serviços comuns, adotando-se o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM, em regime de disputa aberta, observados os princípios da legalidade, competitividade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência.

12.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos mínimos de qualidade e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

12.3. A sessão pública será realizada por meio de sistema eletrônico oficial de compras governamentais, possibilitando a participação de licitantes de todo o território nacional, assegurando maior competitividade, transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12.4. O procedimento licitatório observará as etapas previstas na legislação vigente, compreendendo, entre outras: publicação do edital, apresentação de propostas, fase competitiva de lances, julgamento das propostas, análise da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, adjudicação e homologação do certame.

12.5. A contratação será formalizada com o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o menor preço ofertado, desde que compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado por meio de pesquisa de preços previamente realizada no processo administrativo.

12.6. Para fins de formação do preço estimado da contratação, a Administração poderá realizar pesquisa de preços junto a diferentes fornecedores, bancos de preços públicos, contratações similares



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

de outros órgãos ou demais fontes idôneas, visando assegurar a economicidade, a competitividade e a transparência do processo de contratação.

12.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências técnicas, legais ou às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como aquelas que apresentarem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado, nos termos da legislação aplicável.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.

Habilitação jurídica

12.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.15. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso);

12.16. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.17. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

12.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

12.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.26. **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

12.27. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea i)

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 47.161,45 (quarenta e sete mil cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme valores e custos discriminados na tabela de estimativa de preços que integra o presente Termo de Referência.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6 inciso XXIII alínea j)

14.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

14.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis-RO, conforme abaixo:

02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação

12 361 1002 2022 0000 Salário Educação- Programa Salário Educação

3.3.90.30.00 Material de Consumo

02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação

12 361 1002 2100 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Educação 25%





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

3.3.90.30.00 Material de Consumo

15. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. A presente contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se trata de contratação direta por dispensa de licitação em razão de valor, com entrega imediata e integral do objeto, sem obrigações futuras.

15.2. A Nota de Empenho substituirá o instrumento contratual e terá força de contrato administrativo para todos os efeitos legais.

16. DA TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÕES

16.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

18. APÊNDICES

18.1. Estudo Técnico Preliminar (ID: 9º - 3.884.4B8)

18.2. Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID: 11º - 3.89F.49D)

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637, no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

19.2. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência

20. RESPONSÁVEIS

20.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Buritis – RO, 04 de fevereiro de 2026.

Atualizado por:

(Assinatura eletrônica)

Douglas Lopes da Silveira

Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária - SEMED.

Portaria Nº 313/GAB PMB/2025

Autorizado por:

(Assinatura Eletrônica)

Delian de Sousa Ferreira

Secretária Municipal de Educação-SEMED

Dec.16.032/GP/PMB/2025.



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DELIAN DE SOUSA FERREIRA - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**, CPF: 043.06*. **4-*0 em 04/03/2026 11:58:41, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1168.8X58.741Z.9347.6217, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58*. **2-*8 em 04/03/2026 11:58:04, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1142.1Z58.504Z.V20K.2028, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.A85.178** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58*. **2-*8, em 04/03/2026 - 11:58:04

Código de Autenticidade deste Documento: 11Z4.1258.1046.2051.1226

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da despesa com pretensa aquisição, mensurar os riscos da contratação, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 0000234.08.01-2026

Categoria do Objeto: aquisição de bens comuns

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Douglas Lopes da Silveira – Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária – SEMED

Teófilo Ulisses de Souza Scatamburlo – Diretor do Departamento de Infraestrutura – SEMED

Área Requisitante

Responsável

Secretaria Municipal de Educação-SEMED

Delian de Sousa Ferreira

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1. As diretrizes que nortearão a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar fundamentam-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como no Decreto Municipal nº 13.509, de 15 de março de 2023, do Município de Buritis/RO, que regulamenta a aplicação da referida lei no âmbito da Administração Pública Municipal

3.1. Análise de Contratações Anteriores

3.2. Não houve contratação anterior no âmbito do órgão para o objeto em questão

Classificação do Estudo Técnico Preliminar – Lei nº 12.527/2011

3.3. O conteúdo do Estudo Técnico Preliminar não contém informações sensíveis, estratégicas ou protegidas por sigilo legal. Trata-se de informações de natureza pública, voltadas à transparência da gestão e ao planejamento da administração pública. Portanto, não há necessidade de classificação do ETP nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação justifica-se pela necessidade contínua de adequação, ampliação e manutenção das instalações elétricas dos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, abrangendo unidades administrativas e escolares.

4.2. Há demanda imediata para a conclusão da infraestrutura elétrica do prédio onde funcionará a Secretaria de Educação-SEMED, que ainda não dispõe de quadro de distribuição, tomadas e circuitos adequados, inclusive rede específica para aparelhos de ar-condicionado, em conformidade com as normas técnicas de segurança.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

4.3. Também se faz necessária a execução completa da parte elétrica do Laboratório de Informática da Escola E.M.E.I.E.F. Paulo Freire, que contará com televisores, computadores e impressoras, exigindo dimensionamento correto da rede elétrica, instalação de disjuntores, tomadas e sistemas de proteção, a fim de evitar sobrecargas, falhas e riscos à segurança.

4.4. Somam-se a essas demandas as manutenções rotineiras nas unidades escolares, tais como substituição de disjuntores, tomadas, luminárias e reparos em cozinhas escolares, essenciais para a continuidade das atividades educacionais.

4.5. Caso a contratação não seja realizada, a Secretaria de Educação-SEMED poderá enfrentar interrupções frequentes no fornecimento de energia, falhas de equipamentos e riscos de acidentes, o que prejudicaria significativamente a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, além de potencialmente resultar em custos mais elevados com manutenções corretivas emergenciais.

4.6. Portanto, a contratação não apenas atende a uma necessidade imediata de manutenção, mas também representa um investimento estratégico na infraestrutura da Secretaria de Educação-SEMED, alinhado com sua missão de proporcionar um ambiente educacional seguro, moderno e eficiente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para o atendimento da necessidade identificada, o objeto da contratação deverá observar requisitos técnicos, legais, operacionais e ambientais que assegurem a adequada execução da solução pretendida, a segurança das instalações elétricas e a conformidade com a legislação vigente.

5.2. A solução proposta consiste na aquisição de materiais elétricos classificados como bens comuns, destinados a atender às demandas de instalação, adequação, ampliação e manutenção das redes elétricas dos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, abrangendo unidades administrativas e escolares da rede municipal de ensino.

5.3. Os materiais elétricos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, fabricados em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais regulamentações aplicáveis ao setor elétrico, atendendo integralmente às exigências legais e de segurança.

5.4. Os produtos deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, resistência, desempenho e durabilidade compatíveis com sua finalidade, garantindo o funcionamento seguro e contínuo das instalações elétricas, bem como a proteção dos equipamentos e usuários.

5.5. Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, devidamente identificadas, acompanhadas das informações técnicas pertinentes, possuir garantia mínima legal e ser plenamente compatíveis com as instalações elétricas existentes nas unidades atendidas.

5.6. O fornecimento estará sujeito à verificação quantitativa e qualitativa por parte da Administração, podendo ser recusados, no todo ou em parte, os materiais que não atendam às especificações técnicas, às normas aplicáveis ou aos requisitos estabelecidos neste instrumento.

5.7. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que atendam a critérios de eficiência energética, sustentabilidade ambiental e maior vida útil, em consonância com as diretrizes de contratações sustentáveis e com a racionalização do uso dos recursos públicos.

5.8. A vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, podendo ser encerrada antecipadamente com o cumprimento integral do objeto, observando-se o disposto nos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. O levantamento de mercado realizado evidenciou que os materiais elétricos objeto deste Estudo Técnico Preliminar são amplamente comercializados nos mercados nacional, regional e local, contando com diversos fabricantes, distribuidores autorizados e fornecedores especializados, com especificações técnicas padronizadas e ampla concorrência, o que os caracteriza como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A pesquisa contemplou consultas a fornecedores locais do ramo, análise de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, bem como verificação de preços praticados no mercado. Não foi identificada dependência tecnológica, exclusividade de marca ou fornecedor, tampouco necessidade de desenvolvimento de solução personalizada para o atendimento da demanda.

6.3. As soluções disponíveis no mercado abrangem o fornecimento de cabos elétricos, disjuntores, tomadas, canaletas, quadros de distribuição e demais componentes padronizados, fabricados em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e regulamentações específicas do setor elétrico, garantindo segurança e desempenho adequado às instalações prediais.

6.4. Verificou-se que outros órgãos públicos municipais e estaduais realizam contratações semelhantes por meio de Pregão Eletrônico ou Sistema de Registro de Preços, com ampla participação de empresas do setor, demonstrando maturidade do mercado, competitividade e viabilidade da contratação.

6.5. **Dentre as alternativas identificadas, destacam-se:**

- a) Aquisição direta dos materiais elétricos por item, conforme demanda estimada;
- b) Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços para aquisições parceladas;
- c) Contratação integrada, envolvendo fornecimento de materiais e execução dos serviços elétricos por empresa especializada.

6.6. Após análise técnica e econômica, concluiu-se que a aquisição direta dos materiais elétricos, com execução dos serviços pela equipe técnica da própria Administração ou por profissional legalmente habilitado, mostra-se mais vantajosa sob os aspectos econômico e operacional, evitando custos adicionais decorrentes da terceirização integral dos serviços.

6.7. Não foram identificadas restrições de mercado que limitem a competitividade. As exigências técnicas previstas, como conformidade com normas da ABNT, certificações obrigatórias e garantia legal, são indispensáveis para assegurar a qualidade, a segurança das instalações elétricas e o atendimento ao interesse público, não configurando direcionamento indevido.

6.8. Caso necessário, poderá ser realizada consulta complementar a potenciais fornecedores para obtenção de informações técnicas adicionais, práticas comerciais e prazos médios de fornecimento, visando aprimorar as especificações e ampliar a competitividade do certame, preservando-se a isonomia entre os interessados.

6.9. Conclui-se, portanto, que o mercado apresenta plena capacidade de atendimento da demanda, com ampla oferta de fornecedores, diversidade de fabricantes e nível satisfatório de competitividade, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A contratação contempla o fornecimento de itens como cabos elétricos, disjuntores, tomadas, canaletas e quadros de distribuição, possibilitando a execução adequada dos serviços elétricos e a prevenção de riscos de sobrecargas, curtos-circuitos, falhas operacionais e acidentes, garantindo a conformidade das instalações com os padrões técnicos e de segurança exigidos.

7.2. No que se refere à manutenção, ressalta-se que os materiais adquiridos serão utilizados pela equipe técnica da Administração ou por profissionais legalmente habilitados, não sendo exigida manutenção corretiva por parte do fornecedor, exceto nos casos de defeitos de fabricação. Eventuais substituições decorrentes de uso inadequado, desgaste natural ou intervenções de terceiros não serão de responsabilidade do contratado.

7.3. Quanto à assistência técnica e garantia, os materiais deverão possuir, no mínimo, a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de garantias adicionais eventualmente oferecidas pelo fabricante. Durante o prazo de garantia, o fornecedor deverá assegurar a substituição dos produtos que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas, sem ônus adicional para a Administração.

7.4. O recebimento dos materiais será realizado mediante verificação quantitativa e qualitativa, podendo a Administração recusar aqueles que não atendam às especificações técnicas estabelecidas, às normas vigentes ou que apresentem irregularidades, assegurando a adequada execução da contratação e a proteção do interesse público.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. A quantidade estimada para a aquisição é de acordo com a tabela abaixo:

Item	Especificações	Código	Und.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm, 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	408494 (genérico)	Rolos	15	R\$395,00	R\$5.925,00
02	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408495 (genérico)	Rolos	08	R\$730,00	R\$5.840,00
03	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408496 (genérico)	Rolos	08	R\$835,00	R\$6.680,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

04	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	408497 (genérico)	Rolos	12	R\$1.550,00	18.600,00
05	Disjuntor 16A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$12,20	R\$122,00
06	Disjuntor 20A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$14,00	210,00
07	Disjuntor 25A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$12,90	129,00
08	Disjuntor 32A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$12,70	127,00
09	Disjuntor 40A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$14,20	142,00
10	Disjuntor 50A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	05	R\$12,00	65,00
11	Disjuntor 63A Monopolar curva C	356563 (genérico)	Und.	05	25,67	128,35
12	Disjuntor 16A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$29,20	R\$438,00
13	Disjuntor 20A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	100	R\$29,90	R\$2.990,00
14	Disjuntor 25A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$30,20	R\$453,00
15	Disjuntor 32A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$32,50	R\$487,50
16	Disjuntor 40A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$34,50	R\$517,50
17	Disjuntor 50A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$35,90	R\$359,00
18	Disjuntor 63A Bipolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$34,90	R\$349,00
19	Disjuntor 32A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	15	R\$48,90	R\$733,50
20	Disjuntor 40A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$45,90	R\$459,00
21	Disjuntor 50A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$58,90	R\$589,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

22	Disjuntor 63A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	10	R\$59,90	R\$569,00
23	Disjuntor 100A Tripolar curva C	356563 (genérico)	Und.	22	R\$119,90	R\$2.637,80
24	Tomada sobrepor 10A	356563 (genérico)	Und.	100	R\$5,90	R\$590,00
25	Tomada sobrepor 20A	356563 (genérico)	Und.	50	R\$8,95	R\$447,50
26	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m, cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura 2mx2cm, espessura 1cm, plástico	00054475 (genérico)	Und.	150	R\$ 12,50	R\$1.875,00
27	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.	00054475 (genérico)	Und.	02	R\$92,90	R\$185,80
Valor Total:						R\$51.648,95

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de RS **51.648,95** (cinquenta e um mil seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), de acordo com quadro de pesquisa realizada para a formalização do termo de convênio o qual será anexada a este estudo.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A presente aquisição encontra-se organizada em itens, tendo em vista a inexistência de necessidade técnica para o agrupamento dos objetos, de modo a ampliar a competitividade e assegurar a ampla participação de licitantes. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, conforme previsto na legislação vigente.

10.2. Ressalta-se, ainda, que se trata de **contratação frequente**, envolvendo bens de comum comercialização, amplamente disponíveis no mercado, com diversidade de fornecedores aptos a atender às especificações mínimas estabelecidas, o que reforça a adequação do parcelamento adotado e a viabilidade do critério de julgamento escolhido.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes que condicionem a presente contratação.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A Contratação consta no Plano de Contratações Anual 2026 de acordo com o ID: 3º - 3.847.998.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. A solução a ser adotada deverá possibilitar o alcance dos seguintes resultados pretendidos e benefícios:

a) atender de forma eficiente, contínua e tempestiva às demandas recorrentes de manutenção elétrica preventiva e corretiva, provenientes dos diversos setores administrativos e unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

b) assegurar que a Secretaria Municipal de Educação – SEMED esteja permanentemente dotada de infraestrutura física adequada, segura e compatível com as necessidades operacionais, técnicas e normativas;

c) proporcionar maior disponibilidade, confiabilidade e continuidade para a execução da atividade finalística do Órgão, reduzindo interrupções decorrentes de falhas ou inadequações nas instalações elétricas.

13.2. Nesse contexto, constitui dever da Administração Pública, por intermédio de seus gestores, promover o pleno funcionamento das instalações prediais e das unidades escolares, de modo a garantir que as atividades técnicas e administrativas sejam desenvolvidas de forma satisfatória e segura, preservando a integridade das instalações, dos servidores e dos usuários, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS E PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

14.1. Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução escolhida. Pois os itens solicitados através deste processo de aquisição são itens comuns amplamente disponíveis no mercado.

14.2. Também a unidade demandante dispõe de local apropriado e em condições adequadas para o armazenamento dos materiais, o que assegura a preservação e o uso adequado dos bens a serem adquiridos, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Critérios de Sustentabilidade

15.1. Os materiais elétricos a serem adquiridos deverão atender às seguintes diretrizes:

15.2. Priorizar produtos fabricados em conformidade com normas técnicas e ambientais vigentes, especialmente as normas da ABNT;

15.3. Preferência por materiais com maior durabilidade e vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos;

15.4. Utilização de materiais que contribuam para a eficiência energética das instalações, quando aplicável;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

15.5. Observância, pelo fornecedor, de práticas adequadas de gestão e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

15.6. Incentivo à redução de embalagens excessivas e à utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando possível.

Possíveis Impactos Ambientais

15.7. Os impactos ambientais causados por materiais de pintura, elétricos, hidráulicos, ferramentas e abrasivos variam

15.8. Os impactos ambientais desses materiais podem ser mitigados por práticas conscientes, como o uso de tintas à base de água, descarte adequado de resíduos elétricos e hidráulicos, manutenção preventiva para evitar vazamentos, reciclagem de ferramentas e a escolha de abrasivos menos prejudiciais. A educação sobre manejo sustentável e regulamentações ambientais contribuem para minimizar esses impactos.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Considerando o Estudo Técnico Preliminar esta equipe de planejamento declara que contratação é VIÁVEL.

Buritis-RO, 03 de fevereiro de 2026.

Douglas Lopes da Silveira

Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária - SEMECE.

Portaria Nº 313/GP/PMB/2025

Teofilo Ulisses De Souza Scatamburlo

Diretor do Departamento de Infraestrutura – SEMECE

Portaria Nº 105/GP/PMB/2025

Autorizado por:

(Assinatura eletrônica)

Delian de Sousa Ferreira

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Dec.16.032/GP/PMB/2025.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Segue em anexo o orçamento elaborado com base em cotações realizadas junto a comércios locais.

LISTAGEM PARA COTAÇÃO

Fornecedor: Material de Construção B.F.S. Ltda. Telefone: 169993132480

Endereço: Av. Nelson Sampaio, 336, Sto. B. CNPJ: 37.982.997/0001-32 Inscrição Estadual: _____

Descrição: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO
Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm, 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	15	390.00	5.850.00
02	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	720.00	5.760.00
03	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	825.00	6.600.00
04	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	12	1500.00	18.000.00
05	Disjuntor 16A Monopolar curva C	10	12.00	120.00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

06	Disjuntor 20A Monopolar curva C	15	13.75	206.25
07	Disjuntor 25A Monopolar curva C	10	13.20	132.00
08	Disjuntor 32A Monopolar curva C	10	13.00	130.00
09	Disjuntor 40A Monopolar curva C	10	13.75	137.50
10	Disjuntor 50A Monopolar curva C	05	13.50	67.50
11	Disjuntor 63A Monopolar curva C	05		
12	Disjuntor 16A Bipolar curva C	15	29.90	448.50
13	Disjuntor 20A Bipolar curva C	100	30.00	3000.00
14	Disjuntor 25A Bipolar curva C	15	32.00	480.00

15	Disjuntor 32A Bipolar curva C	15	32.00	480.00
16	Disjuntor 40A Bipolar curva C	15	33.50	502.50
17	Disjuntor 50A Bipolar curva C	10	35.00	350.00
18	Disjuntor 63A Bipolar curva C	10	33.90	339.00
19	Disjuntor 32A Tripolar curva C	15	48.00	720.00
20	Disjuntor 40A Tripolar curva C	10	45.00	450.00
21	Disjuntor 50A Tripolar curva C	10	57.95	579.50
22	Disjuntor 63A Tripolar curva C	10	55.20	552.00
23	Disjuntor 100A Tripolar curva C	22	118.90	2615.80





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

24	Tomada sobrepor 10A	100	4.80	480.00
25	Tomada sobrepor 20A	50	7.75	387.50
26	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m, cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura 2mx2cm, espessura 1cm, plástico	150	11.90	1785.00
27	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.	02	92.00	184.00

DATA DA PESQUISA 20/01/26

VALOR TOTAL: 50.357,05

OBS: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA Certificado de regularidade FGTS Certificado de regularidade INSS Contrato social e suas alterações ou contrato consolidado Prova de regularidade com a Fazenda Municipal	CNPJ: 37.982.997/0001-32 Materiais Para Construção S.F.S LTDA. Av. Ayrton Senna, 2336, St. 03, Sala F Cidade: 76.880-000 BURITIS - RO	<u>Alcides Aguiar dos R.</u> Ass. Do Representante da Empresa
VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 DIAS	CARIMBO DO CNPJ	

LISTAGEM PARA COTAÇÃO

Fornecedor: Posso e Cia. Ltda EPP. Telefone: (69) 98484-4374

Endereço: Rua Helene de Andrade CNPJ 101966499/0001-59 Inscrição Estadual: _____

Descrição: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO
Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm, 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	15	339,00	5085
02	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	650,00	5.200
03	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	790,00	6.320
04	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	12	1450,00	17.400,00
05	Disjuntor 16A Monopolar curva C	10	11,90	119,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

06	Disjuntor 20A Monopolar curva C	15	12,28	183,75
07	Disjuntor 25A Monopolar curva C	10	11,90	119,00
08	Disjuntor 32A Monopolar curva C	10	11,90	119,00
09	Disjuntor 40A Monopolar curva C	10	12,77	127,71
10	Disjuntor 50A Monopolar curva C	05	12,77	63,85
11	Disjuntor 63A Monopolar curva C	05		
12	Disjuntor 16A Bipolar curva C	15	28,79	431,98
13	Disjuntor 20A Bipolar curva C	100	28,79	2.879,87
14	Disjuntor 25A Bipolar curva C	15	28,79	431,98

15	Disjuntor 32A Bipolar curva C	15	28,90	433,50
16	Disjuntor 40A Bipolar curva C	15	31,81	477,19
17	Disjuntor 50A Bipolar curva C	10	31,42	314,26
18	Disjuntor 63A Bipolar curva C	10	31,42	314,26
19	Disjuntor 32A Tripolar curva C	15	42,12	631,85
20	Disjuntor 40A Tripolar curva C	10	43,04	430,47
21	Disjuntor 50A Tripolar curva C	10	54,10	541,02
22	Disjuntor 63A Tripolar curva C	10	54,33	543,35
23	Disjuntor 100A Tripolar curva C	22	116,43	2.561,61





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

24	Tomada sobrepor 10A	100	4,00	400,00
25	Tomada sobrepor 20A	50	6,73	336,85
26	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m, cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura 2mx2cm, espessura 1cm, plástico	150	7,35	1.102,50
27	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.	02	88,99	177,99

DATA DA PESQUISA 22/01/26

VALOR TOTAL: 46.757,73

OBS: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
Certificado de regularidade FGTS
Certificado de regularidade INSS
Contrato social e suas alterações ou contrato consolidado
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal

VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 DIAS

CNPJ: 01.966.499/0001-59
ROSSO E CIA LTDA EPP
Rua Heleno de Andrade, 1202, St. 02
CEP: 76.880-000 - BURITIS - RO

CARIMBO DO CNPJ

Ass. Do Representante da Empresa

LISTAGEM PARA COTAÇÃO

Fornecedor: Rodin & Patin LTDA EPP Telefone: _____

Endereço: Rua Heleno de Andrade, 1202 CNPJ: 01.966.499/0001-59 Inscrição Estadual: _____

Descrição: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO
Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Fio cabo Flexível cobre 2,5 mm, 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 2,5mm, material da cobertura PVC, 100% cobre.	15	395,00	5925,00
02	Fio cabo Flexível cobre 4,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 4,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	730,00	5840,00
03	Fio cabo Flexível cobre 6,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 6,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	08	835,00	6680,00
04	Fio cabo Flexível cobre 10,0 mm 750V, 100 metros, antichamas, flexível unipolar, 10,0mm, material da cobertura PVC, 100% cobre	12	1550,00	18600,00
05	Disjuntor 16A Monopolar curva C	10	12,20	122,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

06	Disjuntor 20A Monopolar curva C	15	14,00	210,00
07	Disjuntor 25A Monopolar curva C	10	12,90	129,00
08	Disjuntor 32A Monopolar curva C	10	12,70	127,00
09	Disjuntor 40A Monopolar curva C	10	14,20	142,00
10	Disjuntor 50A Monopolar curva C	05	13,00	65,00
11	Disjuntor 63A Monopolar curva C	05		
12	Disjuntor 16A Bipolar curva C	15	29,20	438,00
13	Disjuntor 20A Bipolar curva C	100	29,90	2990,00
14	Disjuntor 25A Bipolar curva C	15	30,20	453,00

15	Disjuntor 32A Bipolar curva C	15	32,60	487,50
16	Disjuntor 40A Bipolar curva C	15	34,50	517,50
17	Disjuntor 50A Bipolar curva C	10	35,90	359,00
18	Disjuntor 63A Bipolar curva C	10	34,90	349,00
19	Disjuntor 32A Tripolar curva C	15	48,90	733,50
20	Disjuntor 40A Tripolar curva C	10	45,90	459,00
21	Disjuntor 50A Tripolar curva C	10	58,90	589,00
22	Disjuntor 63A Tripolar curva C	10	56,90	569,00
23	Disjuntor 100A Tripolar curva C	22	119,90	2637,80





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

24	Tomada sobrepor 10A	100	5,90	590,00
25	Tomada sobrepor 20A	50	8,95	447,50
26	Canaleta 20x10mm c/ dupla face 2m, cor branca, forma do perfil I, altura da alma 1cm, comprimento e largura 2mx2cm, espessura 1cm, plástico	150	12,50	1875,00
27	Quadro de Distribuição com barramento 16 Din Embutir, com barramento, até 16 disjuntores Din, números de polos 16, corrente nominal 1.000A.	02	92,90	185,80

DATA DA PESQUISA 20/01/26

VALOR TOTAL: 51.520,60

OBS: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA Certificado de regularidade FGTS Certificado de regularidade INSS Contrato social e suas alterações ou contrato consolidado Prova de regularidade com a Fazenda Municipal	08.794.898/0001-29 PUTTIN & PUTTIN LTDA EPP MUA HELENO DE ANDRADE, 1122, ST 02 7880-000 - BURITIS - RO	08.794.898/0001-29 PUTTIN & PUTTIN LTDA EPP MUA HELENO DE ANDRADE, 1122, ST 02 7880-000 - BURITIS - RO Ass. Do Representante da Empresa
VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 DIAS		





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DELIAN DE SOUSA FERREIRA - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**, CPF: 043.06*. **4-*0 em 04/03/2026 11:58:41, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11V5.2V58.8412.821E.8654, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58*. **2-*8 em 04/03/2026 11:57:25, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1190.6E57.5259.8609.4205, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.A84.FA0** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58*. **2-*8 , em 04/03/2026 - 11:57:25

Código de Autenticidade deste Documento: 1121.1457.0259.W67V.7234

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*.**2-*9 em **19/03/2026 07:38:21**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07K2.0838.620X.961E.5622, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94*.**2-*2 em **18/03/2026 13:38:47**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 13V2.0V38.447R.7228.5481, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.B52.F20** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **RONEI EDUARDO DOS SANTOS**, CPF: 002.81*.**2-*5, em **18/03/2026 - 13:38:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 1343.3138.2154.R74U.0400

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

